

Vol XIII, Núm 1, jan-jun, 2021, pág. 72-84.

EDUCAÇÃO E EXPERIÊNCIA FORMATIVA NA TEORIA CRÍTICA DE THEODOR ADORNO

Felipe da Silva Lopes
Marcos Murrelle Azevedo Cruz

RESUMO

A proposta deste artigo é apresentar algumas considerações sobre o conceito adorniano de emancipação a partir das suas relações com a educação, discutindo os sentidos desta emancipação para um projeto político educacional que tenha como fundamento a capacidade crítica e analítica das condições históricas vigentes das sociedades atuais. A educação como crítica requer que todos os seus agentes não prescindam de uma disposição de ânimo para uma educação de contestação e de resistência. Se a educação, sozinha, não é capaz de superar a barbárie, a crítica figura como o caminho de superação pelo qual atingiremos a condição de sujeitos emancipados, mas, antes de tudo, é necessário superarmos os modelos de escola vigentes, repensarmos nossas relações com o conhecimento que produzimos assim como os sentidos que atribuímos aos processos educacionais.

Palavras-chave: Emancipação. Crítica. Educação.

RESUMEN

El propósito de este artículo es presentar algunas consideraciones sobre el concepto adorniano de emancipación a partir de sus relaciones con la educación, discutiendo los significados de esta emancipación para un proyecto político educativo que se basa en la capacidad crítica y analítica de las condiciones históricas actuales de las sociedades actuales. La educación como crítico requiere que todos sus agentes no prescindan de una disposición mental para una educación de contestación y resistencia. Si la educación por sí sola no puede superar la barbárie, la crítica aparece como la forma de superar mediante la cual llegaremos a la condición de sujetos emancipados, pero, sobre todo, es necesario superar los modelos escolares actuales, repensar nuestras relaciones con tanto el conocimiento que producimos como los significados que atribuimos a los procesos educativos.

Palabras clave: educación. emancipación. crítico.

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é apresentar as concepções de experiência formativa em Adorno, tomando como referência sua obra intitulada *Educação e Emancipação* (1998), que compila uma série de textos em que apresenta um conjunto de provocações sobre educação como crítica à sociedade do mundo pós-guerra. Adorno viveu entre 1903 a 1969, sendo um dos principais expoentes da chamada Escola de Frankfurt, e junto de

seus contemporâneos entre eles Horkheimer, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, entre outros, formularam a chamada Teoria Crítica da Sociedade.

De personalidade exuberante e intelecto admirável, Adorno concluiu seus estudos de doutorado na Universidade de Frankfurt. Dotado de saber e inteligência extraordinárias, tornou-se livre docente nesta mesma universidade a partir de 1931, interrompendo suas atividades em 1934, quando por forças das circunstâncias, precisou residir em Oxford, retornando para Frankfurt em 1949, retomando sua carreira como professor universitário de filosofia nesta renomada instituição.

Nesse mesmo período, assumiu a função de vice-diretor do Instituto de Pesquisas Sociais, que à época era um anexo da Universidade de Frankfurt. Foi neste mesmo instituto que Adorno e seus companheiros formularam a chamada “Teoria Crítica” da sociedade. Buscando superar concepções e teorias tradicionais vigentes de compreensão da vida social, os teóricos frankfurtianos elegeram diferentes recortes temáticos extraídos do contexto histórico e cultural de sua época, no esforço de propor novas análises que conciliassem a teoria com os dados empíricos para analisar os desdobramentos da expansão do capitalismo sobre as sociedades em desenvolvimento do século XX.

No campo da crítica e da ordem social vigente está à educação. A partir dos escritos em tela, Adorno faz um balanço histórico das repercussões do nazismo e do fascismo e dos desafios colocados à cultura no mundo pós-guerra.

Em busca de um caminho seguro que ajudasse o século XX a fazer uma análise crítica de si mesmo, o filósofo defende que a educação, sozinha, não é capaz de nos fazer superar a nossa condição de barbárie. Uma sociedade verdadeiramente livre e democrática implica em cidadãos livres, autônomos e críticos que tenham sido alcançados por uma educação para a contestação e para a resistência como caminhos alternativos para a elaboração do passado.

Para compreender a experiência formativa em Adorno, propomos como estrutura básica deste trabalho discutir no tópico primeiro as concepções de esclarecimento em Adorno retomando os fundamentos da crítica ao conhecimento tradicional, entendido aqui como mera ilustração. Na sequência, apresentaremos no tópico dois o problema da experiência formativa como crítica aos modelos vigentes de experiência formativa, condição para formação de sujeitos epistemologicamente emancipados.

1. KANT E ADORNO: COMPREENSÕES ACERCA DO ESCLARECIMENTO

Como resposta ao problema contemporâneo do conhecimento, Adorno propõe uma Teoria Crítica que tem por objetivo mostrar que toda prática científica é intencional e a elaboração de teorias está vinculada a escolhas ideológicas e que constituem uma práxis transformadora, historicamente situada. Para Oliveira et. e al (2005) o esforço do iluminismo do século XVIII era libertar o homem do seu obscurantismo quando, na realidade, o que vigorava era modelo cartesiano hipotético-dedutivo. Assim, o que observamos foram os resultados produzidos pela abrangência da racionalidade que conduziram o homem por caminhos de irracionalidades.

O pensamento científico produzido pelo iluminismo da modernidade é objeto de intervenção em *Dialética do esclarecimento* (2006). Nesta obra, escrita juntamente com Horkheimer, Adorno formula uma crítica ao conhecimento produzido pela tradição filosófica que, desde as suas origens está assentado no mito e na razão. Essas matrizes de conhecimento resultam em imagens que são apreensões do “real”, que se transformam em técnica e, por fim, retornam à realidade em formas de dominação. Esta racionalidade que resulta do processo tal como conhecemos, é caracterizada pelo cálculo, pela medida, pelo controle e pela objetivação do “real”, de modo a manter uma lógica científica recorrente e previsível. A crítica de Adorno mostra como esse modelo de ciência tomado e replicado pelo projeto iluminista da tradição filosófica, não foi capaz de conter a barbárie, o levante de regimes autoritários e os resultados por eles produzidos como a ascensão do nazifascismo e os campos de concentração.

Os efeitos nefastos da razão instrumental estão em grande parte, atrelados a uma história de formação espiritual que sempre concebeu a racionalidade como instrumento de dominação sobre o mundo da vida. Forjada ao longo da tradição ocidental e levada às últimas consequências na modernidade, essa mesma racionalidade justifica seu estatuto de verdade à base de uma separação frontal entre filosofia e ciência.

No opúsculo *Resposta à pergunta “Que é esclarecimento?” (“Aufklärung?”)* atribuído ao filósofo alemão Immanuel Kant, o conceito de esclarecimento pode ser definido como “a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado” (KANT, 1985, p. 100).

O homem é reconhecido como alguém que tem dificuldades de libertar-se sozinho de sua menoridade. Para o filósofo “[...] é difícil, portanto, para um homem em particular desvencilhar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Chegou mesmo a criar amor a ela, sendo por ora realmente incapaz de utilizar seu próprio entendimento, porque nunca o deixaram fazer a tentativa de assim o proceder” (KANT, 1985, p. 102).

Nesse sentido, ao retomar a definição kantiana de esclarecimento, Adorno reforça o papel da autonomia dos sujeitos em oposição aos modos tradicionais e heteronômicos de fazer ciência. Sendo assim, se é difícil para o homem a disposição de libertar-se sozinho de sua condição de “menoridade” essa empreitada é perfeitamente possível na companhia de uma comunidade que, como ele, busca esclarecer-se. Portanto, esse processo assume um caráter público enquanto proposta coletiva de emancipação dos próprios sujeitos enquanto comunidade livre, como tarefa não tanto individual, mas coletiva, afirma Kant (1985, p. 102):

“[...] Porém um público se esclareça [<<aufkläre>>*] a si mesmo é perfeitamente possível; mais que isso, se lhe for dada a liberdade, é quase inevitável. Pois encontrar-se-ão sempre alguns indivíduos capazes de pensamento próprio, até entre tutores estabelecidos da grande massa, que, depois de terem sacudido de si mesmos o jugo da menoridade, espalharão em redor de si o espírito de uma avaliação racional do próprio valor e da vocação de cada homem em pensar por si mesmo”.*

O processo de esclarecimento é alcançado pela educação, entendida como processo de formação humana. Ela oportuniza o uso público do esclarecimento como razão e, ao mesmo tempo, como liberdade para o debate, o princípio ético e moral pelo qual os sujeitos podem desenvolver o intelecto. Portanto, o esclarecimento em Kant, tem como fundamento a racionalidade pautada na ética e na autonomia dos sujeitos, e compreende a educação como processo de “saída” do homem de uma condição de servidão à liberdade. A autonomia como uso da liberdade é adquirida ao longo do processo de educação, onde os sujeitos passam a desenvolver suas qualidades para conviverem de forma pacífica com seus semelhantes. Essa percepção mostra uma visão utópica de Kant ao supor um ideal de comunidade universal, onde os homens fossem capazes de viver em paz, liberdade e segurança, sem dispor de uma *teoria da ação* que fundamentasse, na prática, o ideal de sociedade livre e emancipada. Como isso seria possível, quando esta mesma racionalidade é o fundamento das ciências vigentes?

A crítica de Adorno ao projeto iluminista de esclarecimento revela uma contradição, mostrando que a mesma racionalidade que proclama a libertação do homem é a mesma que cria as condições necessárias para a dominação e, conseqüentemente, para o impedimento da emancipação. Em que medida esta visão impacta na educação? No saber instrumental fragmentado sem relações diretas com a realidade vivida, na perda de um sentido existencial das ações humanas, no enfraquecimento dos vínculos de solidariedade e na mercantilização da educação. Ao propor uma Teoria Crítica, os frankfurtianos estão preocupados em analisar os fundamentos da racionalidade e os mecanismos que operam a dominação da industrial cultural e como a psicanálise das culturas de massa repercute na vida social. Adorno retoma a questão kantiana acerca do esclarecimento, relacionando-a com a dimensão educacional, acreditando ser este o caminho a ser percorrido para as mudanças estruturais desejadas.

2. ADORNO E A EDUCAÇÃO PARA A EMANCIPAÇÃO

A obra *Educação e Emancipação* (1998) é certamente a mais representativa no debate contemporâneo proposto por Adorno acerca das implicações entre educação e cultura. Na verdade, esta coletânea de interlocuções é resultado de algumas entrevistas concedidas por Theodor W. Adorno a alguns canais de comunicação de sua época em que são debatidos alguns temas pedagógicos considerados importantes, sobretudo no contexto do pós-guerra entre as décadas de 50 e 60, quando ainda eram latentes o antissemitismo e as repercussões negativas das guerras sobre a sociedade de sua época. A guerra, como expressão da decadência, é o testemunho da incapacidade humana para o diálogo, o que reforça, na sua visão, o estado de barbárie que coloca em questão como uma sociedade intelectualmente esclarecida foi capaz de produzir eventos como os que aconteceram em Auschwitz. Genocídios e crueldades de toda ordem, mostram que a educação, sozinha, não é capaz de nos livrar de nosso estado de barbárie, pois isso implica pessoas verdadeiramente emancipadas.

Nessas condições, Adorno apontou a partir das discussões anteriores, a necessidade de compreender os sentidos dados à razão ao longo de sua formação, reconstruindo o seu sentido epistemológico como crítica e como contestação. Para

Adorno (1998, p. 95) uma democracia não deve “*apenas funcionar, mas deve trabalhar de acordo com seu conceito e uma democracia requer pessoas emancipadas. Não é possível representar uma democracia realizada, exceto como uma sociedade de emancipados*”. Nas condições históricas da educação num contexto de semiformação e de formalização da indústria cultural que esmaga a reflexividade, o filósofo se posiciona em defesa de um projeto de educação que leve a pensar.

Para que uma prática educacional seja considerada verdadeiramente livre, é necessário que ela seja crítica. Ou seja, “*a educação só poderia fazer sentido como educação para a auto-reflexão crítica*” (ADORNO, 1998, p. 81). Retomando o diagnóstico freudiano em o *Mal-estar na cultura* (2010) que afirma que toda a personalidade dos indivíduos começa a se formar na primeira infância, Adorno aponta para a necessidade de que todo o processo de formação educacional deve alcançar todas as dimensões e etapas do desenvolvimento humano, de modo a conter o mal-estar civilizatório, donde provêm os crimes e barbaridades praticadas no passado e no presente. Em outros termos, Adorno mostra que o princípio norteador da ordem universal é heteronômica, isto é, a condição em que a vontade dos indivíduos está sujeita a uma ordem estabelecida por terceiros que controla e dispõe de modo autoritário a ordem social, donde resulta a revolta dos homens contra a própria civilização:

“Ao falar de barbárie, estou pensando em algo muito simples, de fato, especificamente, que no estado altamente desenvolvido da civilização, os seres humanos foram deixados de forma curiosamente relatada atrás de sua própria civilização. E não só no sentido de que uma maioria esmagadora não obteve a conformação que corresponde ao conceito de civilização, mas na medida em que eles são possuídos por uma vontade de agressão primitiva, pelo ódio primitivo ou, como é frequentemente dito de uma forma mais culta, por um impulso destrutivo que contribui para aumentar ainda mais o perigo de toda essa civilização pular pelo ar, algo para o qual, por descanso, já tem por conta própria. Para evitar que isso me pareça tão urgente que os outros ideais específicos da educação estariam subordinados a isso” (ADORNO, 1998, p. 104).

Partindo de uma visão que busca problematizar os mandamentos e as normas impostas com violência sobre os sujeitos por meio de uma ideologia dominante, e considerando a sociedade da racionalidade instrumental, Adorno reafirma a importância de processos educacionais que tenham por base a crítica e a reflexão, retomando o princípio kantiano de esclarecimento, que evidenciando o papel da razão em sua dimensão ética e comunitária, não desconsidera a racionalidade enquanto objetivação e dominação da realidade social. O caminho alternativo de superação deste quadro

heteronômico é, segundo Adorno, a formação para a autonomia, condição epistemológica que pode ser alcançada com a educação crítica e reflexiva que contraponha a falsa sensação de adaptação dos indivíduos às condições naturais da vida social, por meio de processos formativos de educação para contestação e resistência.

3. EDUCAÇÃO E A ELABORAÇÃO DO PASSADO

Partindo da pergunta de Adorno sobre “*O que significa elaborar o passado?*” procuraremos pensar como a educação pode participar desse processo. Os fatos ocorridos no passado não devem ser esquecidos, sobre pena de ressurgirem dos escombros nas condições históricas dos homens do presente. Esse processo de resgate do passado quando analisado sob a perspectiva dialética, consiste em reconstruir os fatores históricos sem a suavização dos fatos, a fim de que não seja esquecida a real dimensão dos acontecimentos. Com efeito, uma vez que o mal é desqualificado, a humanidade corre o risco de auto-justificação por meio da desconsideração dos seus próprios erros. Por outro lado, se o pesquisador não examina com cuidado o passado, o risco é que prevaleçam apenas as narrativas do vencedor, que apostam na troca de lugares entre vítimas e os verdadeiros culpados. A história contada pelo vencedor produz o apagamento da memória e as atrocidades em dimensões supérfluas com a minimização dos fatos. Assim “*o passado só será superado no dia em que as causas que o sucederam forem eliminadas. E se o seu feitiço não foi quebrado até hoje, é porque as causas ainda estão vivas*” (ADORNO, 1998, p. 29).

O processo de elaboração do passado assume uma tarefa eminentemente educacional nessa discussão. Desse modo, para responder a questão colocada por Adorno, é necessário analisar a sociedade e a educação em seu *devoir*, pautando as alternativas históricas a partir da reflexão histórica. Somente dessa forma, os sujeitos serão capazes de interromper a barbárie e caminhar opostamente em direção ao rumo emancipatório. Porém, existe um encantamento da situação vigente, uma vez que a história é contada pelos “*herdeiros de todos aqueles que antes foram vencedores*” (BENJAMIN, 2013, p. 9). Ou seja, a história contada pelos “vencedores” é tomada em face de uma visão de ciência pura, um método que esquece os acontecimentos do passado em prol da distorção dos fatos, invertendo o papel dos personagens da

narrativa. Portanto, é preciso analisar o passado conflitivo a partir da *contradição*, analisando-o num plano dialético para retirar a determinação do presente e do futuro. Nesse sentido, o processo de elaboração do passado assume uma tarefa eminentemente educacional nessa discussão.

Adorno propõe uma educação que tenha como escopo a elaboração do passado, ou seja, uma educação com sentido teleológico, que desenvolva a prática da crítica permanente para estruturar a história, mostrando a dimensão do presente prejudicado, de modo a evitar que o passado se repita a exemplo das atrocidades, cometidas em Auschwitz. O rompimento com uma educação medíocre implica na capacidade da percepção de construção histórica como *vir a ser*, enquanto processos formativos que articulem uma relação teoria-prática. Mas não somente. É necessário que o pensamento se volte ao sujeito, no presente. Desse modo, o papel da educação livre e emancipadora é evitar que histórica barbárie nazifascista se repita.

A elaboração do passado deve favorecer a crítica reflexiva das circunstâncias históricas dos homens de ontem e de hoje e a desenvolver nos indivíduos a reflexão crítica para a obtenção de uma autoreflexão. Tratar o fato histórico em seus acontecimentos é o primeiro passo no processo de reerguimento de uma sociedade em dívida com a sua história. A educação emancipatória tem uma função essencial, propondo a retificação dos erros cometidos pelo organismo social. Uma educação que desconsidera os princípios filosóficos e éticos da formação social torna o indivíduo que a recebe numa presa da situação social, uma vez que esse tipo de educação, unicamente tecnicista, coloca o homem sob o peso da barbárie.

Assim sendo, um dos papéis da teoria crítica é analisar a composição social, revelando à raiz do movimento que prega a negação da reflexão sobre a realidade que estava em vigor na sociedade, como uma forma de pensar a teoria crítica em tom messiânico sem religião, bem como Walter Benjamin propôs em *O Anjo da História* (2013). É bom lembrar que não existe transformação do mundo sem uma adequada teoria que o ajude a interpretá-lo. Uma transformação social que se preze, parte de uma autêntica interpretação do mundo para modificá-lo nas suas condições históricas. A reflexão entre a crítica e prática constitui esse importante instrumento de transformação da realidade, graças à articulação da dialética negativa com a crítica interna como modo de analisar o fracasso das condições atuais do capitalismo e da racionalidade

instrumental que produz e mantém o estado de coisas. Ao contrário, quanto mais a educação assume um caráter tecnicista inspirada na irracionalidade, tanto mais o homem “esclarecido” está sujeito ao peso da barbárie, assim como igualmente toda a sociedade que ignora o seu passado e desconsidera sua história está fadada a repeti-lo.

Uma vez iniciada, qualquer justificativa basta para efetuar a barbárie, já que a razão instrumental possui em si mesma o expoente totalitário. O sentimento de anseio pelo progresso e pela ciência refletidos pelo nacionalismo são aqueles que produzem a barbárie em relação à natureza e com nós mesmos. Quanto mais a educação promove a objetividade excluindo a subjetividade, mais o estado de coisas produz a opressão do indivíduo sobre os outros, ao passo que o oprimido também quer oprimir numa explosão de violência contra aquilo que lhe é diferente. É preciso que toda a consciência reflexiva seja dialética e dialógica.

“Se você ignorasse o objetivo da adaptação e não preparasse as pessoas para se orientarem completamente no mundo, a educação seria impotente e ideológica. Mas, se permanecer ali, se limitar a produzir “pessoas bem ajustadas”, possibilitando assim que o estado de coisas existente prevaleça e também em seus piores aspectos, a educação é igualmente problemática e questionável. Nesse sentido, pode-se dizer que o conceito de educação para consciência e racionalidade aponta para um combate em duas frentes. Talvez a adaptação ao existente seja indomável; mas, de qualquer forma, não devemos ceder a isso” (ADORNO, 1998, 96).

O processo de elaboração do passado supõe um percurso, uma experiência formativa. O sujeito é levado a pensar criticamente os conceitos que são estabelecidos em seu sentido positivo, de modo a produzir um juízo autônomo e independente, capaz de romper com o reducionismo antropológico e atuar na transformação social, enquanto esclarecimento das condições precárias da existência, das desigualdades e da precarização do mundo da vida. Do mesmo modo o questionamento colocado por Adorno em relação à precarização do mundo da vida e da exploração *“precisamente porque a fome continua em continentes inteiros, embora possa ser tecnicamente eliminada, ninguém se atreve a dizer abertamente sua alegria pelo bem-estar”* (ADORNO, 1998, p. 23). Na luta contra a irracionalidade que mantém este quadro, é preciso que a crítica suponha um esclarecimento sobre os processos de “coisificação” das relações e da formação capitalista que torna o indivíduo em mero objeto.

A educação para emancipação supõe um caráter político em que os indivíduos são formados para um estado superior da existência humana, entendendo o bem pelo sentido do próprio bem. Parece que a falha da educação contemporânea está em não

criar as condições culturais para que a ética e moral da educação não se limitem a reflexão de si, cuja absorção de informações padronizadoras (um subjetivismo normativo), como bem mostrou o filósofo Chul Han em *Sociedade do Cansaço* (2010) ao reportar-se a esse processo como violência neuronal que afasta o indivíduo de seu processo reflexivo em prol de um mundo de consumo.

A educação enquanto projeto de esclarecimento entre a dialética negativa e a crítica interna, é a alternativa de superação de uma formação escolar contemporânea débil em que ainda estão muito presentes os gérmenes de uma formação tecnicista “racional” centrada no indivíduo que não reflete sobre si mesmo, que estão empobrecidas de reflexividade sobre as condições históricas do passado e do presente, tornando-os incapazes de perceber sua própria condição. As formas de assujeitamento produzem instrumentos para fins bárbaros, que em nome do objetivismo normativo, sufoca a reflexão e a ética das práticas de ensino. A educação deve formar para a autonomia, oportunizar espaços de formação com necessária abertura ao debate ético sobre as instâncias da realidade vivida, entre a teoria e a prática, sobretudo, quando as dinâmicas do desenvolvimento produtivo impactam nas subjetividades com o efeito da semiformação.

“Quanto a mim, parece-me que a elevação à consciência nunca tem consequências terríveis como inconsciência, semi-consciência e pré-consciência. O que é realmente importante aqui é como o passado é representado e atualizado; se a coisa permanecer no nível da nova reprovação ou enfrentar desânimo pela capacidade e força de entender até o incompreensível. Uma educação de educadores seria necessária para esse fim” (ADORNO, 1998, p. 27).

O processo que catalisa a padronização e a produção em série desta semiformação é, sem dúvida, a Indústria Cultural. Ela tem o objetivo de criar a visão comum que determina a maneira comportamental de toda estrutura da sociedade, promovendo mecanismos que geram conteúdos com traços de autoritarismo (contra a razão e a vida intelectual e cultural) e conteúdos conformistas (favorecendo a perda da identidade). A indústria que controla culturalmente a sociedade esmaga o processo de “consciência de si”, com uma vaga experiência do próprio indivíduo pelo fetichismo mercadológico e por uma falsa necessidade de usufruir bens de consumo. Nesse sentido, a base social de uma estrutura de dominação é construída por meio da eliminação das diferenças e através da uniformização da sociedade.

O enfraquecimento do “eu” diante da realidade social é capaz de produzir o desaparecimento da consciência e dimensão histórica, como se os fatos históricos não fossem importantes e que nada tivessem a ensinar. Um meio de banalizar o mal, ocasionada por uma sobrecarga de informações proporcionando a naturalização de coisas, através da deturpação dos fatos por àqueles que reproduzem e criam os bens culturais.

A propaganda ilustra bem como uma personalidade narcísica, fazendo-se valer da razão instrumental, sustentáculo da educação do antigo regime, retira qualquer pensamento ético em relação ao outro, como afirma Adorno (1998, p. 28): “[...] a propaganda é, como uma manipulação racional do irracional, o patrimônio do totalitarismo”. A educação tradicional apresenta um diagnóstico de si mesma e seu grande problema é a severidade. Ora, uma educação cuja proposta é sempre o uso da força para alcançar à disciplina, seu projeto educacional produzirá uma série de danos psicológicos.

“Quem é duro consigo mesmo arroga o direito de ser duro com os outros e, assim, vinga-se da dor cujos efeitos e movimentos não apenas não podiam se manifestar, mas precisavam reprimir. É tão importante conscientizar esse mecanismo quanto promover uma educação que não recompense a dor, como aconteceu ontem, e a capacidade de suportá-la. Em outras palavras, a educação deve levar a sério uma idéia familiar à filosofia: que o medo não deve ser reprimido” (ADORNO, 1998, p. 86).

Com efeito, os educadores transferem sua função mediadora aos aparatos da severidade. O problema consiste na falência do diálogo professor-aluno que negam ponderações que poderiam contribuir para a formação de um pensar auto reflexivo. Por sua vez, a tecnologia como processo dialético do devir humano, atua em seu forte poder de alcance e uma vez entrelaçadas aos modos de produção humanas, seu uso “exagerado, irracional, patogênico” estão a serviço do aparato mercadológico que desafiam à própria consciência. Sem um autêntico exercício de reflexão, é notório que o vislumbre da inovação tecnológica torna as pessoas irracionais e relativamente atrasadas nas mudanças que se espera.

“Finalmente, tenta despertar, pelo menos, a consciência do fato de que os homens sempre são enganados, porque o mecanismo da imaturidade e da minoria é hoje o mundus vult decipi (o mundo quer ser enganado) elevado em escala planetária. Que todos se conscientizem desses elos é algo que talvez possa ser alcançado no sentido de críticas imanentes, porque nenhuma democracia normal pode se opor explicitamente a uma ilustração desse tipo” (ADORNO, 1998, p. 125).

Por fim, Adorno elucida a educação emancipatória como um *vir-a-ser* no modo como ela se expressa, que implica o rompimento com formas tradicionais de ensino:

“Eu acrescentaria que a constante mudança nessas funções leva à necessidade de exigir um tipo de educação para resistir e dominar as transformações. É essa educação que persevera através de constantes mudanças que confere à individualidade uma importância inteiramente nova - nova de uma pedagogia tradicional que petrificou o indivíduo e o pensamento estaticamente” (ADORNO, 1998, p. 85).

A educação para elaboração do passado deve construir processos formativos baseados na contradição e na resistência. Todo o projeto de emancipação deve empoderar às pessoas contra o maquinismo ideológico da sociedade capitalista difundida pela Indústria Cultural.

CONCLUSÃO

Em linhas não tão conclusivas, o debate filosófico sobre educação para emancipação proposto por Adorno aponta para alguns caminhos alternativos. O processo de elaboração do passado ilustra uma tarefa eminentemente educativa que situa o lugar da memória e do esquecimento como pólos fundamentais no processo educacional. A escola deve favorecer as condições culturais necessárias para que os alunos empreendam a compreensão do passado e do presente em seus condicionamentos históricos e políticos através da consciência reflexiva.

O processo de educação para a emancipação deve auxiliar os estudantes a compreender a condição do homem enquanto sujeito histórico, que produz condições de vida e de relações que amarram um conjunto de sentidos que vivificam a vida social. O desencantamento do mundo por meio da “desnaturalização do olhar” é fundamental na compreensão das redes e relações de poder, dos meios de produção que interferem em nossa cosmovisão, que as diferentes experiências sociais em torno do arcaico, do moderno e do bárbaro coexistem num conjunto de forças e caracterizam a vida social no passado e do presente; que o esclarecimento ocupa lugar central na reflexão sobre essas relações. Todo o processo de educação para emancipação é a medida possível contra a barbárie, pois enquanto processo de inflexão ao sujeito, reforça a autoconsciência e, por conseguinte, a práxis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Educación para la emancipación. Conferencias y conversaciones con Hellmut Becker (1959-1969)**. Edición de Gerd Kadelbach. Traducción de Jacobo Muñoz. EDICIONES MORATA, S. L. (1998)

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.

BENJAMIN, Walter. **O Anjo da História**. Tradução João Barreto. São Paulo: Ed. Autêntica, 2013.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachhini – Petrópolis, RJ: 2ª ed. Ed Vozes, 2015.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 3ª Ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: “Que é esclarecimento?” (Aufklärung). **In: Immanuel Kant: textos seletos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Avelino; OLIVEIRA, Juliana Damasceno. Educação na Crise da Racionalidade: Reflexões a partir de Horkheimer e Freire. **Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire”** Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br>>. Acesso em: 24/06/2020.

Recebido: 4/7/2020. Aceito: 24/11/2020.

Autores:

Felipe da Silva Lopes - Discente do curso de Licenciatura Plena em Filosofia da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus I, CCSE – Belém do Pará.

E-mail: felipe87lopes@gmail.com

Marcos Murelle Azevedo Cruz - Docente-orientador, professor de Filosofia na Universidade do Estado do Pará, UEPA, Campus I, Belém-Pará.

E-mail: marcosmurelle@gmail.com